

Actualizado a 26/01/2015, 16:59 Cidade da Praia, 26 Jan (Inforpress) – O Movimento para a Democracia (MpD-oposição) exigiu hoje ao Governo a garantia de rendimentos às famílias de Chã das Caldeiras, vítimas da erupção vulcânica, para que voltem a ter uma “vida normal”. A exigência foi feita neste primeiro dia da sessão parlamentar de Janeiro, em que o deputado do MpD, Jorge Nogueira, apontou o Governo como o principal responsável pela situação por que passam os deslocados de Chã das Caldeiras, devido a “descoordenação institucional” que tem acontecido desde início da erupção na ilha do Fogo. Segundo o deputado, a erupção vulcânica, por “afectar seriamente” a vida da população, é preciso apostar no simulacro de evacuação, assim como na educação escolar, familiar e comunitária para preparar a população no sentido de a dotar de “conhecimentos, habilidades e competências” para enfrentarem uma catástrofe. “O primeiro foco é garantir um rendimento às famílias de Chã das Caldeiras para que as suas vidas voltem a normalidade, porque 64 dias depois da entrada em erupção do vulcão, a população está descontente pela forma como estão sendo tratadas e a tendência é que as coisas piorem”, afirmou. Segundo Jorge Nogueira, as habitações de 1995 em Achada Furna “não estão em condições, os desalojados não têm água, as crianças estão a morar em casas sem porta nem janelas”, mas que as habitações do projecto “Casas para Todos” continuam de “portas fechadas”. Para a normalidade desta situação, o MpD defende um “eficiente serviço” de Protecção Civil, tomada de “medidas imediatas para alojamento e alimentação” da população de Chã das Caldeiras. Por sua vez, o líder da bancada parlamentar do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, no poder), Felisberto Vieira, considerou as declarações de Jorge Nogueira de “recurso rasteiro” e “sem qualquer sentido de responsabilidade”. “Um partido político que se prese não deve procurar dividendos políticos nas desgraças dos outros provocados pela força da natureza, mas o MpD reiteradamente brilha com pequenas situações na ilha do Fogo, algo que a população do Fogo não quer, mas o Governo continua a fazer o seu trabalho”, declarou. Por sua vez, a ministra da Administração Interna, Marisa Morais, explicou que tudo que está no plano de contingência, e está a ser cumprido, lembrando que as medidas foram tomadas no tempo exigido. “Quanto a habitação, 64 dias depois do início da erupção estão a exigir casas disponíveis, mas não podemos fazer o mesmo erro que foi feito em 1995 e sem planeamento”, disse, sublinhando que o assentamento está a ser estudado e que os donativos estão a ser geridos e preparados juntamente com as Nações Unidas. A erupção vulcânica em Chã das Caldeiras, ilha do Fogo, que iniciou a 23 de Novembro último, ainda está a decorrer, mas, segundo os especialistas, caminha para o fim, depois de ter feito centenas de deslocados, destruído dezenas de habitações e centenas de hectares de terrenos agrícolas, entre outros. DR Inforpress/Fim